

BRASIL TORNA-SE GRAU DE INVESTIMENTO PELA MOODY'S

A agência de classificação de risco Moody's anunciou, em 22 de setembro de 2009, que alterou a classificação das dívidas interna e externa de longo prazo do Brasil para Baa3, elevando o país à categoria de Grau de Investimento. A perspectiva para nova classificação é positiva. Com esta elevação, o Brasil se torna grau de investimento pelas três maiores agências classificadoras de risco: em 30 de abril de 2008, a *Standard and Poor's* havia concedido tal condição ao país, logo seguida pela Fitch, em 29 de maio. O país também possui grau de investimento pela agência canadense *Dominion Bond Rating Service* e pelas agências japonesas *Rating and Investment Information* e *Japan Credit Rating Agency*.

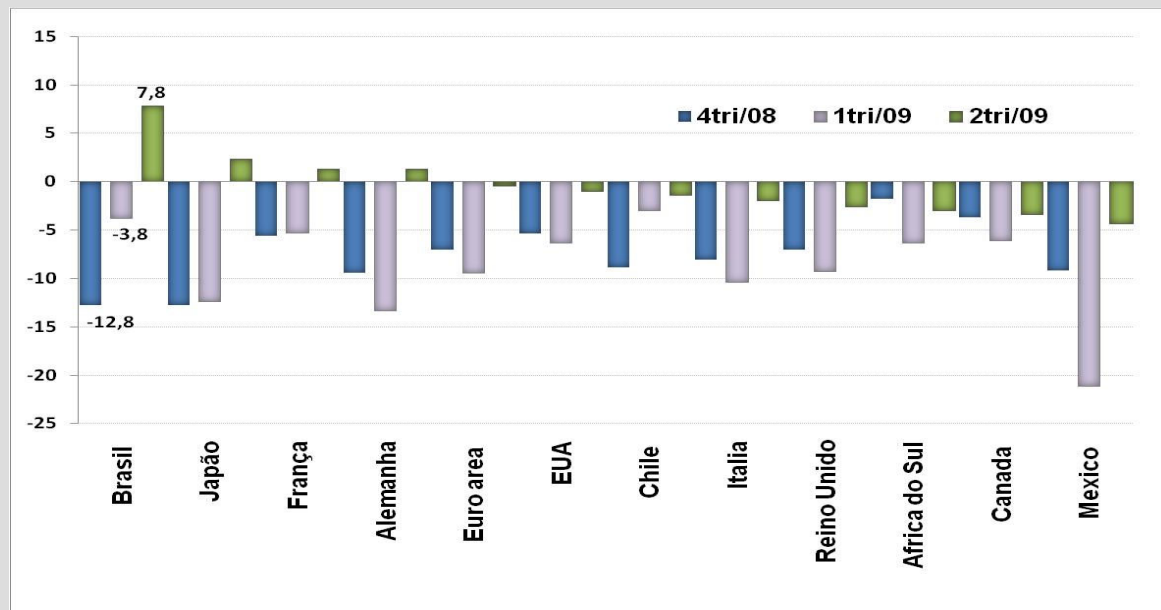
Evolução da Classificação de Risco do Brasil no passado Recente

Brasil	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
S & P	B+	BB-	BB-	BB	BB+	BBB-	BBB-
Fitch	B+	BB-	BB-	BB	BB+	BBB-	BBB-
Moody's	B2	B1	Ba3	Ba2	Ba1	Ba1	Baa3

Fonte: Agências de Rating

Dentre os fatores relacionados pela Moody's para a concessão do upgrade, destaca-se “a *notável melhora apresentada na estrutura de dívida do governo*”. Ainda, além da condução responsável das políticas fiscal e monetária nos últimos anos, a agência ressalta o excepcional desempenho do Brasil durante a crise. A turbulência nos mercados serviu para desvelar o fortalecimento estrutural ocorrido nos últimos anos, que resistiu muito bem aos testes impostos pela crise. Além disso, as medidas tomadas pelas autoridades brasileiras em sua resposta foram tempestivas e eficientes. Por fim, tem-se a forte recuperação da atividade econômica: dentre os principais países que entraram em recessão técnica em decorrência da crise, o Brasil apresentou a maior taxa de crescimento do PIB no segundo trimestre de 2009 (em relação ao primeiro), recuperando-se em relação à variação negativa recente. Como resultado, a Moody's afirma que “o *desempenho geral do Brasil provou ser melhor do que a maioria dos países classificados como grau de investimento na categoria Baa, onde o Brasil agora está situado*”.

PIB trimestral dos principais Países que entraram em recessão técnica



* Taxas trimestrais anualizadas com ajuste sazonal

Fonte: JPMorgan e Bloomberg.

A agência acredita que “as chances de que o Brasil continue melhorando seu perfil de crédito são razoavelmente altas”, já que “as condições econômicas parecem ser favoráveis para constantes reduções dos indicadores de dívida do governo, devido à perspectiva de crescimento no curto prazo e à probabilidade de que as condições macroeconômicas continuarão validando taxas de juros de um dígito, condição que mudaria de maneira fundamental a dinâmica da dívida”. A perspectiva positiva dada pela Moody’s ressalta ainda “a ausência de desequilíbrios macroeconômicos fundamentais na economia brasileira, uma condição favorável visto que coloca o país numa posição privilegiada em relação aos outros créditos soberanos na mesma categoria de rating, e que têm maiores desafios fiscais e externos.”

A classificação feita por uma agência de classificação de risco reflete sua opinião sobre a capacidade e a disposição de um governo soberano para honrar, completa e pontualmente, suas obrigações relativas à dívida. Um país classificado como grau de investimento possui baixo risco associado aos seus passivos. Isso cria condições mais favoráveis para seu financiamento, seja ele público – ao abrir oportunidade para grandes investidores institucionais que possuem restrições de investimento em função da classificação do país - ou privado - pois empresas ganham espaço para ter sua classificação de risco elevada em função do aumento do *rating* soberano, o que potencialmente reduz seus custos de captação.

Desde setembro de 2008, auge da crise internacional, marcado pela falência do banco norte-americano *Lehman Brothers*, a *Moody’s* rebaixou o *rating** de 18 países, sendo que apenas 6 receberam elevação, dentre eles o Brasil. Neste período, aliás, o Brasil foi o único país que teve

sua classificação elevada para grau de investimento pela *Moody's*. Tal fato demonstra que o pragmatismo da política econômica, sem perda da austeridade e da responsabilidade que a tem guiado, ao tempo que ajudou o país a evitar a desaceleração econômica, permitiu ao país reduzir os custos e riscos da gestão da dívida pública.

*Longo prazo em moeda estrangeira.

Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública

Relacionamento Institucional

Equipe técnica:

Gerente: André Proite

Gerente-Adjunta: Flávia Fernandes Rodrigues Barbosa

Karla de Lima Rocha

Leandro Gonçalves de Brito

Leonardo Tavares Lameiro da Costa

Mathias Lenz Neto

E-mail: stndivida@fazenda.gov.br

fax: ++ 55 61 3412-1565